

## INTERVENÇÃO DO REPRESENTANTE DO JÚRI

---

NOBERTO CUNHA



Ex.mo Sr. Vice-Reitor da Universidade do Minho / Ex.mo Sr. Presidente do Conselho Cultural desta Universidade / Senhores Professores e Senhoras Professoras / Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Em nome do Júri do Prémio de História Contemporânea, de que fiz parte e cujo galardão hoje entregamos, permitam-me que diga algumas palavras.

Premiar é distinguir, selectivamente, entre concorrentes, ordenando-os segundo critérios de valor circunstanciais; critérios, em geral, regulamentados e, quando não, dependentes da situação de quem avalia. Em qualquer

caso, critérios de apreciação relativos ao paradigma de saber em que se inscrevem os trabalhos concorrentes, e do qual é suposto serem especialistas os membros do júri. Cabe a este, portanto, avaliar os temas eleitos pelos concorrentes e os processos por eles utilizados para levar a bom termo os projectos que se propuseram realizar; essa avaliação é feita, no entanto, à luz das normas de investigação e produção científicas da comunidade a que o júri pertence e do Regulamento que lhe definiu os parâmetros de actuação. Premiar uma obra é, assim, sobretudo, um juízo de re-conhecimento (inicial ou renovado, solicitado ou não) pronunciado por especialistas sobre o mérito incomum duma obra, no quadro da ciência “normal” que representam. Daí, o muito e o pouco que valem os prémios. Valem muito porque consagram o especialista; dão-lhe uma autoridade que, extrinsecamente, não tinha; ou, então, reforçam a que já possuem, acrescentando-lhe mais-valias, tornando-a, por vezes, quase indiscutível; por outro lado, valem pouco, porque os júris, em geral, não premeiam os “desvios” temáticos e metodológicos dentro da comunidade a que pertencem (a não ser quando efectuados segundo padrões de racionalidade aceites, como foi o caso de Feyerabend e Foucault). Quer isto dizer, que a atribuição de um prémio acaba por ser, acima de tudo, uma oportunidade – suscitada, muitas vezes, até pela própria comunidade científica (ou por membros que dela são representativos) – para um ritual de auto-legitimação de um saber cuja posse especializada lhe é, socialmente, reconhecida (mas que é preciso, de vez em quando, reavivar). Os prémios premeiam, pois, em primeiro lugar, a comunidade científica que o júri representa; e, depois, o premiado. A esta usura judicativa das comunidades científicas – e a dos historiadores (porque é a essa que aqui nos referimos) não é excepção – se deve a caducidade prematura de tanta obra premiada; a debilidade dum paradigma de investigação e produção científicas atinge, prioritariamente, os trabalhos que, dentro dele, foram julgados exemplares. Se os prémios devem, pois, regozijar os laureados, esse regozijo deve ser, sobretudo, aproveitado – pela legitimidade, que, doravante, lhes é conferida ou reforçada – para os animar a infringir ou desviar-se dos cânones da comunidade científica de que são membros, comunidade que, como todas as instituições, tende para a inércia ou movimento uniforme; por isso, renunciando, no todo ou em parte, ao receituário de que se mostraram exímios artífices, os premiados, pelos erros em que incorrerão, farão mais pelo progresso da comunidade que os reconheceu como seus membros iniciados ou insígnies, do que instalando-se na obra feita – como bem assinalou Claude Bernard, secundado, já no nosso tempo, por Karl Popper. Esperamos – e falo em nome do júri de que fiz parte – que os premiados saibam furtar-se à letargia e comodidade a que os prémios convidam, não esperando, como as plantas anemófilas, que as suas ideias fecundem e vicejem por obra de ocasionais estímulos externos.

Finalmente concluirei com algumas breves palavras sobre a decisão do júri acerca das obras apresentadas a concurso; e fá-lo-ei, não em jeito de

coroamento mas de rodapé, pois se alguém sai hoje, de facto, daqui coroadado é o laureado e os concorrentes que receberam menções honrosas, e não o júri.

Como nos anos passados, foram muitos os concorrentes; porém, não foi difícil seleccionar entre todas as obras apresentadas – umas excluídas por não cumprirem os preceitos do Regulamento, outras por insuficiências ou carências que não lhes permitiram ultrapassar uma primeira escolha – as que o júri, consensualmente, considerou como as mais qualificadas: “O movimento associativo estudantil nos inícios de Sessenta / a crise académica de 1962” de Álvaro Francisco Rodrigues Garrido; “As fortificações do Cerco do Porto (1832-1833)” de Sérgio Alexandre Veludo Coelho e “Portugal e a Guerra Anglo-Boer (1899-1902)” de Fernando Carlos das Dores Costa. Todas estas obras, na opinião do júri, se distinguem pela utilização duma ampla documentação inédita; porém, a primeira – a do Dr. Garrido, sobre a crise académica de 62 – avanta-se às restantes – às quais atribuímos menções honrosas – pelo equilíbrio das suas partes, por uma argumentação que escalpelizou o documento até ao osso (se me é permitido falar assim), que não receou a interpretação, sabendo que esta não compromete a objectividade, pois os documentos, só por si nada dizem; são fósseis – como disse Taine – e nada mais; fazer história, é mais do que erudição, é reconstruir pela explicação e pela compreensão, a vida que encerram os óbitos, as pedras tumulares, os documentos; renunciar a essa tarefa demiúrgica é cair na “ilusão de biblioteca”. O Dr. Garrido, muito embora apegado ao documento, não se deixou emprazar por ele; faço votos, em nome do júri que aqui represento, que também o prémio com que é galardoado, o não torne refém das premissas que conduziram à sua atribuição, antes o estimulem a enfrentá-lo com uma atitude *dialéctica negativa* – no sentido que esta expressão tem em Adorno – ou seja, a encarar a sua obra premiada como um estádio de tensão entre o que fez e o que poderia ter feito, como uma *micrologia* face à ilusão da totalidade, cedendo aos imperativos fascinantes da obra aberta, que todo o trabalho historiográfico deve ser.